



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002495-58.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Exeqüente: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**
 Executado: **BR Aves Export e Transportes Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Em suma, embarga **BR AVES EXPORTAÇÃO E TRANSPORTES LTDA** nos autos de **AÇÃO MONITÓRIA** que lhe move **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, alegando que:

1. Firmou contrato nº 48521/OCCA de prestação de serviços para fornecimento de energia elétrica com a ré.
2. Tornou-se inadimplente da quantia de R\$ 764.697,00, relativo às contas vencidas em maio, junho, julho e agosto de 2016. Aduz ainda que a multa rescisória prevista no contrato não é devida, uma vez que a multa prevista pela ANEEL é de 2% (dois por cento);
2. Alega que, em decorrência da crise econômica que assola o país, está encontrando dificuldades para quitar os seus compromissos, já que possui débitos trabalhistas com seus ex-funcionários e, em razão disso, está privilegiando os credores trabalhistas;
3. Compromete-se a efetuar o pagamento dos valores em aberto, após a quitação do débito trabalhista;
4. Alega excesso de execução, já que a autora lançou duas vezes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em sua planilha o valor relativo à conta do mês de agosto de 2016;

5. Apresenta os cálculos que entende devidos.

Em impugnação de fls.92/99 a parte autora explica que não está cobrando em duplicidade a fatura do mês de agosto de 2016, já que a segunda fatura refere-se a período diverso da primeira fatura, tratando-se portanto, de faturas de energia totalmente diversas. Pleiteia a rejeição liminar dos embargos, já que a embargante não apresentou demonstrativo discriminado e atualizado do débito, conforme determina o art. 703, § 3º do NCPC.

É o relatório.

Fundamento e decido.

De início afasto a arguição de rejeição liminar dos embargos monitórios. O § 3º do art. 702 do NPCP exige que o embargante apresente o valor que reputa correto ou apresente demonstrativo do débito. No caso dos autos, o embargante apresentou o valor que entende correto, portanto, não há que se falar em rejeição liminar dos embargos monitórios.

Trata-se de ação monitória embasada em contrato de prestação de serviços de energia elétrica.

Dispõe o art. 1.102-A do Código de Processo Civil que "a ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel".

A possibilidade jurídica específica do pedido monitório consiste na existência de uma prova escrita sem eficácia de título executivo. A ação monitória possui como requisito essencial, portanto, o documento escrito. Se este, independentemente de ter eficácia de título executivo - ou se há dúvidas quanto a esta eficácia, permite a identificação de um crédito, possuindo valor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

probante, possibilita o procedimento monitório, procedimento especial que pode desaguar na execução, pela conversão do anterior mandado de pagamento em título executivo.

Segundo jurisprudência recente, admite-se o ajuizamento de ação monitória com base em instrumento particular e outros documentos hábeis a comprovar a prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica: 0002017-90.2014.8.26.0075 APELAÇÃO. Ação monitória. Cobrança de fatura emitida em decorrência de apuração de consumo irregular e inferior de energia elétrica. Sentença que indeferiu a petição inicial e decretou a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de interesse de agir da autora, na modalidade adequação. - Recurso pretendendo o afastamento da sentença, prosseguindo-se a ação com a determinação de citação, sob o fundamento de instrução da petição inicial com o início de prova escrita de seu crédito. Possibilidade. Ação aparelhada com documentação idônea e suficiente o bastante para a formação do juízo de probabilidade do crédito afirmado na petição inicial, sem a necessidade de que tenha sido emitida e/ou assinada pela devedora. Sentença anulada. RECURSO PROVIDO. (Relator(a): Sergio Alfieri; Comarca: Santos; Órgão julgador: 27ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 15/12/2015; Data de registro: 18/12/2015)

A embargada acostou aos autos as contas em aberto relativas aos meses de maio a agosto de 2016 (fls.31/40), contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado entre as partes (fls.41/51), cálculo de multa rescisória (fls.52), cálculo de atualização monetária (fls.53/57), documentos estes suficientes para validar o pedido monitório.

A embargante confessou expressamente que deixou de adimplir



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com suas obrigações, tendo ficado incontroversos os valores referentes aos meses de maio de 2016, no valor de R\$ 460.655,89, junho de 2016, no valor de R\$ 126.398,93, julho de 2016, no valor de R\$ 38.491,91 e agosto de 2016, no valor de R\$ 31.340,98 e controvertidas a multa e uma segunda cobrança relativa a agosto de 2016.

Já a embargada, em impugnação às fls.92/99, logrou esclarecer que não há contas em duplicidade no mês de agosto de 2016. As faturas referem-se a períodos distintos, conforme se observa às fls. 32 (período compreendido entre os dias 12 de agosto de 2016 a 29 de agosto de 2016), num total de 17 (dezessete) dias e fls. 34 (período compreendido entre 13 de julho de 2016 a 12 de agosto de 2016), num total de 30 dias. Portanto, embora lançadas como sendo faturas do mês de agosto, não há que se falar em duplicidade, pois se refere a períodos distintos.

No que diz respeito à multa rescisória, entretanto, com razão a embargante.

A Resolução nº 414/2010 da ANEEL, em seu art. 126, § 1º, prevê a cobrança de multa, porém, em percentual máximo de 2%.

Em cada cálculo que fez de faturas em atraso (fls.53, fls.54, fls.55, fls.56 e fls.57) a embargada já cobrou 2% sobre o débito, não podendo pretender cobrar outra multa. Ademais, apresenta cálculo que não se compreende (fls.52), não permitindo nem sequer sua conferência judicial.

Destarte, julgo procedente em parte os embargos, determinando que a embargada proceda à correção do cálculo a fim de adequá-lo, excluindo dele a multa tal como foi fixada, adequando-a ao patamar de 2%, conforme a Resolução nº 414/2010 da ANEEL, em seu art. 126, § 1º. Os juros de mora devem ser contados da citação e a correção monetária do vencimento da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dívida.

Após a correção do cálculo, converto o mandato inicial em mandato executivo, prosseguindo-se na forma prevista no Livro I, Título III, Capítulo XI do NCPC.

Dada a sucumbência preponderante da embargante, arcará com o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% sobre o valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 17 de maio de 2017.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**